
SABERES CAMPONESES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CAMPO

Profª. Dra. Alexandra Maria de Oliveira
Universidade Federal do Ceará/Pesquisadora do CNPq
alexandra.oliviera@ufc.br

RESUMO

O texto delinea a releitura do modo de vida de camponeses assentados no semi-árido do Estado do Ceará. É uma análise que integra as dimensões produtiva e pedagógica em espaços não formais de educação. Para esse artigo, considera-se que a educação esteja presente em espaços e momentos diversos: em casa, no roçado, nas práticas produtivas e, também, nas possibilidades de articulação dos camponeses com os movimentos sociais. Nesse sentido, lugares comuns percorridos diariamente são lidos como espaços plenos de significados sociais e culturais e saberes de experiências. Tais leituras precisam ser reconstruídas em suas interfaces com os saberes de educação formal, na perspectiva de um currículo em ação que considere a relação de convivência dos assentados com o trabalho e a educação do campo.

Palavras-chave : camponeses, assentamentos, educação.

ABSTRACT

The text deals a new reading of peasant's life manners in settlements in semi-arid areas of Ceará State, Northeast Brazil. It is an analysis that integrates the productive and educational dimensions with spaces of no formal education. In this paper, we consider that the education process is present in many different spaces and moments of peasant's life: at home, in the land of cultivation, in between productive practices and also, in the articulation of peasants with social movements. In this matter, commons places traveled in daily routines represent spaces full of cultural and social meanings and experienced knowledge. This reading should be inserted in its interface with formal education, with the perspective of an "in action" curriculum that consider peasant's relationships with work and education in Brazil.

Key Words: peasants, settlements, education

Introdução

A política de educação que está sendo desenvolvida no campo brasileiro que tem por base os Parâmetros Curriculares Nacionais ignora e desqualifica a necessidade de um projeto para a escola rural. Temas, conteúdos e recursos didáticos são instrumentos pedagógicos construídos em cima de uma leitura do campo atravessada por uma visão urbano-industrial da sociedade. Assim, conforme Israel Nery (1999), a política vigente inferioriza o campo, vê o camponês como atrasado, não moderno e dependente do urbano.

A grande maioria das escolas rurais está relegada ao abandono. Em muitas, recebem a feliz atenção das mulheres que por vocação ou por força do destino na luta pela terra receberam de bom grado a missão de serem professoras nos assentamentos rurais. Como predomina a concepção de localização pontual de escolas no campo, muitas prefeituras financiam o transporte no caminhão pau-de-arara para trazer as crianças das comunidades vizinhas para a escola, num trajeto de horas de viagem por estradas intransitáveis.

O texto delinea a releitura do modo de vida de camponeses assentados no Ceará. É uma análise que integra as dimensões produtiva e pedagógica em espaços não formais de educação. Isso porque, para esse artigo, considero que a educação está presente em espaços e momentos diversos: em casa, no roçado, nas práticas produtivas e, também, nas possibilidades de articulação dos camponeses com os movimentos sociais ou, ainda, nas falas manifestas pelos sujeitos sociais em pauta.

O artigo procura redesenhar o percurso metodológico de investigação desenvolvido em Oliveira (2005). Nesse esforço, lugares comuns percorridos diariamente passam a ser lidos como espaços plenos de significados culturais e saberes de experiências e sociais que precisam ser reconstruídos em suas

interfaces com os saberes de formação, na perspectiva da construção de um currículo em ação que considere a relação de convivência entre o trabalho e a educação do campo.

A Prática Camponesa Como Princípio Educativo

A reflexão sobre a produção e o trabalho como princípios educativos leva em consideração a discussão acerca da reprodução do campesinato no seio da sociedade capitalista. No processo de luta pela terra, a posse da terra é componente indispensável no processo de territorialização de relações sociais próprias do campesinato. No cotidiano, a vida de assentado vai se territorializando a partir da reprodução de saberes e práticas próprios da vida camponesa.

A construção de uma leitura sobre o campesinato brasileiro e a luta por uma educação que contemple os saberes, as práticas e as experiências de vida e lutas no campo tem sido desenvolvida por Arroyo e Fernandes (1999), Brandão (2002) e Souza (2006) entre outros. Para o conjunto desses autores a manutenção de diferentes formas de produção e trabalho na terra camponesa, a luta por direitos e, ainda, por uma educação do campo é parte constitutiva da luta pela reforma agrária.

Conforme D. Tomás Balduino (2001) a luta pela terra não se enquadra nos estreitos objetivos de se conseguir um pedaço de chão. Terra é mais do que terra. Terra é luta pela democracia, pela igualdade, pela participação, pela solidariedade, por educação. Isso resulta de um outro relacionamento com a terra, não mais tida como objeto de exploração do trabalho alheio ou de compra e venda, mas como lugar de convivência. Assim, a luta pela terra tem necessariamente diferentes dimensões: política, social, cultural, religiosa e econômica.

No Ceará, de acordo com Barreira (1992), a ação dos movimentos sociais no campo teve tradicionalmente o objetivo de lutar por direitos. O agravamento das condições de vida no campo, trouxe para o interior da luta camponesa a possibilidade da organização social baseada na consciência política e na busca de melhores condições de vida no campo. Os assentamentos rurais estão produzindo um novo perfil produtivo nos municípios, na organização social da produção e da família, nas condições de vida e na participação política local, regional. Assim, não há como negar a importância dos movimentos sociais na luta pela terra, água, direitos, educação do campo, constituindo-se em um novo momento da luta política dos camponeses cearenses pela reforma agrária.

Nessa leitura, Arroyo e Fernandes (1999), acrescentaram: a produção é mais que produção. Porque ela produz a gente. A cultura da roça, do milho, é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural. Por isso, não se deve separar produção de educação, nem separar produção de escola.

Souza (2006) tratou com conhecimento a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na luta por uma educação de respeito aos sujeitos sociais do campo e de valorização seus saberes e lutas sociais. Uma ação educativa feita com os camponeses e não para eles.

Para a autora, a educação tradicional já não é algo predominante nas escolas rurais. No campo está instalado um tempo de mudanças isso pode ser visto na preocupação demonstrada pelos professores em articular os conhecimentos formais à realidade dos alunos. Embora isso não garanta a presença da teoria crítica revolucionária na educação escolar, pode ser visto como um sinal de que os professores estão revendo suas reflexões e práticas ideológicas no trabalho com a aprendizagem. Nessa trajetória, as propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas pelo MST em parceria com Universidades e Instituições entre outros parceiros, tem revelado a dinâmica de um movimento pela educação do campo que tem trazido tempos de mudança.

A reflexão sobre a relação produção camponesa e escola nos assentamentos teve como pressuposto a escola do campo que se encontra em movimento. Essa escola no Ceará deve ser tratada levando em consideração que a realidade da educação nesse território vive uma grave situação - a inexistência de uma política pública permanente que atenda as especificidades da escola para o campo.

De acordo com o Incri-Ceará (2004), os assentamentos sofrem de maneira particular, as escolas, em geral, apresentam problemas de infra-estrutura, funcionando em condições precárias. Segundo pesquisa

realizada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, quase metade das escolas não tem luz elétrica, nem biblioteca, nem equipamentos para práticas esportivas ou laboratório. Muitas vezes, as salas de aula funcionam em outras instalações como casas-sedes, alpendres de moradia ou igrejas, lugares regularmente usados como salas de aula. Como podemos observar na figura 1.



Figura 1 – Aula realizada no interior da Capela de São Nicolau. É preciso lembrar que a sacristia, também, tem servido como sala de aula no Assentamento 25 de Maio – Madalena – CE. Oliveira, Alexandra Ma. 2008.

Quanto ao aspecto didático-pedagógico, os procedimentos, recursos e metodologias não consideram a cultura e identidade indígena e afro-brasileira das crianças e jovens do campo. A formação dos professores não leva em conta as especificidades de cada realidade local, realizando, assim, um ensino descontextualizado. Os currículos são desvinculados da realidade, não respeitando a especificidade da educação do campo e a diversidade de seus sujeitos sociais.

Desse modo, estudar saberes e práticas pedagógicas próprias da vida no campo nos coloca diante do desafio de dar sentido as palavras a partir das experiências pessoais construídas na convivência com o semi-árido cearense.

Formas de Trabalho na Terra Como um Conteúdo Curricular Significativo nas Práticas Pedagógicas do Campo

A reflexão a seguir articula com a participação dos camponeses a releitura do cotidiano camponês fora da escola. É uma análise que integra as dimensões territorial, produtiva e pedagógica em análise curricular, aja vista que, para este artigo, considero que as falas manifestas em forma de entrevistas explicitam saberes pedagógicos ocultos na articulação da pesquisa.

Nessa trajetória, procuro redesenhar o percurso metodológico de investigação desenvolvido em Oliveira (2005). Nos contextos relatados, lugares comuns percorridos diariamente passam a ser lidos como espaços plenos de significados culturais e saberes de experiências e sociais que precisam ser reconstruídos em suas interfaces com os saberes de formação, na perspectiva da construção de um currículo em ação que considere a relação de convivência entre o trabalho e a educação do campo.

Considero que a relação dos camponeses com a terra no Ceará tem sido regulada de maneira especial, respeitando a simultaneidade de diferentes modalidades de uso da terra: o uso comum das terras soltas, o uso coletivo, a prática de ajuda mútua e o uso individual (familiar) da terra. Dentre essas formas de trabalho, neste artigo, destaco a prática de ajuda mútua e o uso individual (familiar) da terra por considerá-las relevantes na articulação de saberes presentes em diferentes espacialidades contidas nos assentamentos e que se revelam em espaços não formais de educação.

A prática de ajuda mútua

A prática de ajuda mútua nos assentamentos é uma forma de cooperação que ocorre entre os camponeses dos assentamentos como uma prática antiga das famílias. A troca de dias de serviço entre os donos dos roçados tem a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita a ajuda dos vizinhos, que juntos realizam o trabalho. A fabricação de farinha de mandioca é um exemplo disso. Várias pessoas são convocadas para ajudar na arranca da mandioca e no preparo da farinha.

Uma família, com um hectare de mandioca em uma arranca normal, pode fazer duzentos e cinquenta quilos de farinha e uns noventa quilos de goma. Em média, na farinhada é preciso dois arrancadores, um preneiro, um forneiro, um cargueiro, quatro raspadeiras e uma cozinheira para cuidar da comida. No final, são dez pessoas para produzir a farinha. O processo acontece da seguinte forma.

Se você quer raspar a mandioca no Sábado, então, você começa a arrancar Sexta-feira a tarde. Na Sexta-feira, a tarde, você já bota a mandioca na casa de farinha, Sábado você vai de manhã com os arrancadores, terminar de arrancar a mandioca, o cargueiro, leva a mandioca para a casa de farinha e aí as raspadeiras passam a raspar a mandioca. Quando termina de raspar a mandioca, aí o preneiro vai espremer no tanque aquela massa misturada com água que é para dali sair a goma. Espreme um tanque cheio com água. Aí ali se assenta uma goma. Depois que passa três horas ou três horas e meia, aí a goma está assentada todinha no fundo do tanque. Então, as pessoas vêm escorrem aquela manipueira, depois umas começam a botar água e outras passam a mexer a goma, no sentido de desmanchar a goma. Bota água para desmanchar aquela goma toda. Com o tanque quase cheio de novo, deixa novamente a goma assentar. No outro dia o forneiro começa a preparar o forno e as outras pessoas vão escorrer aquela água do tanque. Aí lava por cima, tira aquela borra mole que fica em cima, imprensa a goma e depois de impressada bota em outro tanque. Aí fica a goma pronta para ir para o sol. Essa goma pronta, passa o dia no sol, quando é a tardinha, peneira a goma toda, uma parte faz tapioca e a outra parte bota para secar e torrar, pronto, está feita a farinha. A comida desse povo todo é feita por uma cozinheira. (CAMPONESA. ASSENTAMENTO SÃO FELIPE, 2004).

De acordo com o depoimento, na produção da farinha de mandioca é uma prática de ajuda mútua que reúne vizinhos, parentes e compadres. É comum a presença de adultos diferenciados por gênero no desenvolvimento das atividades, mas também velhos e crianças participam da farinhada. Entre o plantio e a colheita decorre em média de seis a doze meses. As famílias camponesas se preparam para a produção da farinha, negociando com o grupo os dias de serviço que serão trocados, pois, se iniciado o preparo do produto, não há como parar sua fabricação. Daí ser “regra” de todos, o fato de “se o dia é do coletivo e o agricultor está na farinhada, ele fica para dá o dia dele depois” (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO CAUASSU, 2003).

Todo esse trabalho realizado entre vizinhos que, também, são parentes, é permeado pela descontração nas conversas. A retribuição é posta entre as famílias, diretamente, entre a família que recebeu e àquela que ajudou, seguindo o critério da troca de dias de serviço.

A casa de farinha é um equipamento da comunidade onde ocorre a prática de ajuda mútua, via trabalho, que ocorre com a troca de dias de serviço. A farinhada pode ocorrer entre os assentados e entre esses e as comunidades vizinhas. Assim, a casa de farinha, vez por outra, é alugada para pessoas de fora, gerando renda para o assentamento.

Quando a casa-de-farinha está parada, a gente aluga. Eles pagam uma taxa com 30 quilos de farinha. Trinta quilos eu acho que é um pouco exagerado. Porque 30 quilos de farinha vale em torno de R\$ 10 (dez reais). Mas, é justo porque para os de fora é 30 quilos e os sócios pagam 15 quilos. A gente junta os quilos de farinha e vende para pagar a energia consumida, é comprado giranda, é comprado prato, bacia, colher, vaso para botar água, balde, cangalha, comida dos animais, casuá, ajeita as carroça. É para isso que serve a renda da casa-de-farinha daqui. (Camponês. Assentamento Ana Veríssimo, 2002).

No geral, quem aluga as casas de farinha são famílias de pequenos produtores interessadas na fabricação da farinha de mandioca. Assim, há uma preocupação por parte dos assentados em não explorar os “de fora”, que, também, são camponeses.

O aluguel da casa de farinha tem sido uma forma de se conseguir produtos para o grupo. A farinha, a goma e o beiju são transformados em dinheiro para cobrir despesas que ocorrem com o desgaste do material utilizado no assentamento e, sobretudo, na própria casa de farinha. Nessas fabriquetas, aos poucos modernizadas, a introdução de máquinas não reduziu a necessidade de braços no trabalho de produção da farinha de mandioca.

Tal qual acontece com os camponeses no Sul do país, estudados por Tavares dos Santos (1984), a prática de ajuda mútua que ocorre nos assentamentos estudados no Ceará cobre uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir somente com o trabalho familiar, e, muito menos, com o assalariado. Dessa forma, a prática de ajuda mútua tem sido fundamental para a reprodução da unidade familiar, ocorrendo freqüentemente no assentamento devido à alternância no ciclo da mandioca entre as famílias.

Essa é uma forma de organização da comunidade para o trabalho construída em regras costumeiras dificilmente percebida para um observador desatento. A escola precisa despertar para a leitura desses espaços como lugares de trabalho e convivência do grupo social.

A figura 2 destaca a participação de jovens e adultos na prática de ajuda mútua realizada na produção da farinha de mandioca em diferentes situações.



Figura 2 – Prática da farinhada em casa-de-farinha. O trabalho manual é o motor da produção. Em dia de farinhada é comum a troca de saberes entre crianças, jovens e adultos na casa-de-farinha. Assentamento Cauassu. Acaraú – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. 2002.

O uso individual (familiar) da terra.

O uso individual (familiar) da terra ocorre motivado pelo uso da força de trabalho familiar. A importância do trabalho familiar na unidade de consumo e produção camponesa é um elemento que vem sendo alertado há pelo menos um século de história. Shanin (1983:278), ao estudar o campesinato russo do final do século XIX e início do século XX, afirmou “*la exploración familiar es la unidad básica de propiedad, producción, consumo y vida social campesinas*”. Essa análise trouxe elementos que servem de explicação para o campesinato do sertão nordestino brasileiro, na medida em que ele é entendido como uma classe social presente na sociedade moderna.

Nos assentamentos estudados, a unidade de consumo e produção camponesa se projeta no trabalho familiar. Um trabalho, que, também, é de todos. Nesse os membros da família possuem uma importância ímpar.

Trabalho só eu e os meus dois filhos. Mas, dá para gente dar de conta, porque o animal ajuda a gente a cultivar e fica mais fácil. Pelo menos um animal faz o serviço de dez homens em um dia. Aí, fica só uns matinhos no campo livre e a gente dá conta. (Camponês. Assentamento Juá, 2002).

Esse relato aponta para a compreensão de um uso individual na terra alimentado pelo trabalho familiar. O chefe da família, juntamente com os filhos, aparece como a força de trabalho que mantém a unidade de consumo e produção camponesa. O espaço de uso individual (familiar) da terra é assumido de fato por toda a família. Daí, o individual ser familiar. Aqui a família atua enquanto um agente de formação e os filhos como sujeitos do processo de socialização e de aprendizagem.

O trabalho no campo visto como uma situação concreta revela partes de um processo formativo de ensino e aprendizagem que se estende do roçado ou da casa de farinha para a escola e as salas de aula.

Ao estudar o campesinato russo, Chayanov (1974:48) indicou pistas para pensar a relação do trabalho da família e sua influência na comunidade. Para ele, “*la composición de la familia ejercerán su influencia en la organización de la unidad económica, no sólo cuantitativa sino también cualitativamente. (...) para el campesino el concepto de la familia incluye a las personas que comen siempre en la misma mesa o que han comido de la misma olla*”.

Assim, pensar o trabalho familiar na comunidade como uma prática que educa para a convivência com o semi-árido é considerar a importância do conjunto de relações de vizinhança que fazem uso da linguagem de parentesco presente na organização camponesa. Nos assentamentos do Ceará, a lógica de parentesco informa e organiza o trabalho na unidade de produção camponesa. O vizinho é quase sempre o irmão, muitas vezes o compadre, isso quando não é o primo. Considerando que a família se relaciona com o trabalho desde o núcleo familiar estrito, essa cooperação de parentes se estende para a comunidade que deve ser entendida como parte constitutiva de um ambiente de aprendizagem assim como a escola.

Conforme Godoi (1999:73), entre as comunidades rurais no sertão do Piauí, o “parentesco é revestido de laços de reciprocidade e caracterizado por uma diversidade de obrigações para com os vizinhos que são também parentes”.

A linguagem de parentesco, portanto, constitui um forte laço de solidariedade camponesa que adentra o espaço escolar, o aluno, muitas vezes, é o filho quando não é o sobrinho. Assim, é comum no momento da chegada dos alunos em sala de aula o pedido de bênção e a resposta: Deus te abençoe.

A organização da produção e o uso da terra nos assentamentos, mostrou um uso individual (familiar) da terra sinalizando para a importância do trabalho familiar em consórcio com o trabalho coletivo, ocorrendo na unidade de consumo e produção camponesa. Como segue:

A divisão básica para o uso da terra são as áreas coletivas: coqueiro irrigado, coqueiro de sequeiro, também, tem área de cajueiro e mangueira irrigados. De certo para o individual tem a vazante. A vazante se divide em pequenas porções de áreas individuais. E além da vazante tem, para uso individual, a área entre os coqueiros sequeiro e irrigado e quando não pode mais, a gente abandona e parte para

outro canto, parte para área de mata. Porque no coqueiro, a gente só planta para zelar do coqueiro, quando chega ali com dois ou três anos, ele já não dá mais para plantar mandioca, milho e feijão. Porque ele cresce e faz sombra. Na área irrigada com três anos eles [os coqueiros] já não dá para plantar mais. Na área de sequeiro ele, ainda, dá alguns anos, dá para plantar até de oito a dez anos, não em todos os trechos mas na maioria. Nosso coqueiro irrigado é oito e meio por oito e meio - triangular, em média de 132 plantas por hectares, aí ele fecha ligeiro demais. Quando está com dois anos, ele já está vingando coco. Nós temos área aí que, com dois anos, já abandonamos. Já não dá mais para plantar mandioca, milho e feijão [individual (familiar)]. Fica cuidando só dos coqueiro [coletivo] é uma pena ninguém poder plantar, porque aí de qualquer maneira a gente tem que cuidar dos coqueiro sempre. Cuida perdido, porque não pode plantar consorciado. Quando a gente planta dentro do coqueiro, a gente está aproveitando, limpando o coqueiro e aproveitando a mandioca, o milho e o feijão - consorciado. Mas, quando o coqueiro cresce, aí a gente não pode mais consorciar planta nenhuma, só ele mesmo. Tanto eles [os coqueiros] como a mangueira, como o cajueiro quando cresce não dá mais para consorciar. (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO CAUASSU, 2003).

O camponês chama atenção para o uso individual (familiar) que ocorre nas áreas de vazante e nas “tiras dos coqueirais”, onde as plantas de uso doméstico são cultivadas no espaço deixado entre um coqueiro e outro. É uma parceria possível por um tempo determinado pelo crescimento dos coqueiros. Esse trabalho é todo realizado com a participação de jovens e adultos que desde criança dividem com o pai o trabalho com a roça. Explorar na escola a importância de diferentes técnicas de plantio e cuidados com os solos é um desafio que está posto para os professores.

Com relação ao uso das “terras de vazante” o camponês acrescentou.

Ela é vazante, 60% dela é área de baixa. E o que é vazante? Vazante é uma área que todo tempo que você quiser plantar ela dá planta, todo tempo. Sem precisar irrigar, ela dá planta por natureza. Por exemplo a cana, o capim, a bananeira, nós temos elas aí direto de inverno a verão. Que haja seca ou que haja chuva, ela não depende, ela sobrevive. Porque elas estão numa área fértil, todo tempo molhada. Nessa área de vazante nós temos diretamente a cana, o capim e a bananeira em alguns trechos. Em outros trechos nós plantamos, somente do mês de abril ao mês de agosto, quando nós plantamos batata, feijão, milho, melão, melancia, cebola, tomate, pimentão, mandioca [individual (familiar)]. Essas plantas nós temos que tirar logo que chover, porque quando chove, cria água.

Aí nós temos que tirar elas, porque se não elas criam água dentro. Agora tem condições de nós plantar outras. Agora nós não planta, por quê? Porque nós queremos fazer todo ano duas safras. Nós queremos fazer uma safra de sequeiro, que é a safra do inverno que depende da chuva. Nessa a planta só nasce se tiver chuva - é a planta de sequeiro. E a safra de vazante, ela só dá planta se terminar a chuva. Ela é o contrário. Quando termina a chuva, é que nós planta ela.

Mas se nós quiser deixar elas na época de chuva e na época da seca, nós fazemos os canteiros, fazemos umas levadas [na terra] e aí deixa umas saídas de água, aí todo tempo dá planta, que seja no meio do ‘inverno’ que seja no meio do ‘verão’. Agora como nós queremos aproveitar as duas plantas: a planta do ‘inverno’ e a planta do ‘verão’, aí nós só fazemos levadas aonde nós vamos deixar a cana, o capim e a bananeira. É só onde a gente faz a levada. Os outros nós deixamos mesmo para fazer a planta do verão. Levada? São uns canteiros pequenos, com quadrados levantado em suas laterais com uma altura em torno de 25 a 30 cm, para dar as saídas de água. (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO CAUASSU, 2003).

O depoimento revelou o consórcio existente entre a produção individual (familiar) e a coletiva. E, ainda, o espaço das “*lavouras de vazante*” com cultivos do individual (familiar), como a batata-doce, o feijão, o milho, o melão, a melancia, a cebola, o tomate, o pimentão e a mandioca, formando a chamada “*safra de vazante*”, e o capim, a cana-de-açúcar e a bananeira, mantidas permanentemente a partir da construção de canteiros, e o espaço das lavouras de sequeiro com o milho, a mandioca e o feijão, cultivados em sistema consorciado com as atividades coletivas dos coqueiros, cajueiros e mangueiras, formando, assim, a “*safra de sequeiro*”. Nesses casos, o espaço de uso individual (familiar) adentrou o espaço de

uso coletivo. O crescimento das lavouras coletivas tem levado ao abandono do uso individual (familiar), porque, quando os coqueirais crescem, sombreiam as “tiras” e fazem da área de coqueiral uma chamada “floresta morta”. A busca por outros espaços para o individual (familiar) pode levar as lavouras para o espaço de mata original, mantido como reserva de terras.

A espacialidade contida nos depoimentos revelou formas de produção construídas no cotidiano da vida de assentado. Esses relatos expressaram tanto estratégias de sobrevivência no campo como limites impostos. Seja no âmbito das relações sociais, seja no âmbito da relação desses grupos sociais com a natureza.

O trabalho individual (familiar) também ocorre no espaço considerado reserva de mata, chamado, ainda, de “*área de destoca*” ou “*área de raleação*”. O trabalho de tirar lenha do mato é trabalho individual (familiar), e ocorre nas “terras soltas”. Ele é diferente, portanto, da prática de rolar a madeira do roçado, também, trabalho individual (familiar), mas que ocorre nos lotes individuais (familiares).

O trabalho com a retirada de madeira seca para a serraria acontece como uma prática complementar dos rendimentos familiares, conforme a explicação camponesa.

A gente tira a lenha do mato, rolo de madeira. O rolo de madeira é aquela madeira seca que só serve para fazer a tábua. Aí a gente aproveita aquela madeira seca, para vender na serraria lá em Canindé. O tamanho dela varia, tem de dois metros, de metro, um metro e meio e de meio metro. É um aproveitamento, porque se a gente não cortasse aquela madeira seria perdida porque ela está seca e apodrece aí se acaba e nada. E a gente aproveita ela para não perder. (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO SANTA RITA, 2002).

Assim, a prática de “rolar madeira” no mato, longe de ser uma prática de desmatamento, aparece como uma forma de aproveitamento da madeira seca presente nas áreas de mata nativa.

Já a prática de “*rolar a madeira*” nos roçados é uma atividade cotidiana no processo de plantio e de limpeza dos roçados ou capoeiras no trabalho individual (familiar).

A gente pode vir a rolar madeira da seguinte forma. Quando tem o roçado para plantar, primeiro tem que brocar o mato, a gente desgalha o pau e aí o fogo vem, queima os garranchos e o chão fica, assim, escuro. Depois do fogo, a gente vai e corta o pau, aí depois tira a madeira daquele terreno todo para fora e quando chove planta o feijão, milho e a mandioca. Então, a gente fala que vai queimar o roçado e rolar madeira. A madeira (pau-fino) é para vender. Fica só os tocos no terreno. Aí a gente planta, faz a limpa e quando chega o tempo de tirar a roça, aquele toco já está todo verde. Aí, ele brota todo de novo - a gente chama de capoeira. (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO SÃO FELIPE, 2003).

Na preparação do roçado, a prática de queimar a terra e de cortar a madeira é uma atividade individual (familiar) que se realiza a cada período de plantio nos lotes individuais. A madeira rolada tem sido vendida para serrarias e fornos de padaria e também é utilizado no consumo diário das famílias, em casa, no fogão à lenha, ou na casa de farinha, além de ser útil no conserto das cercas no assentamento. O dinheiro adquirido com a venda da madeira, também, serve para a compra de mercadorias de consumo da família camponesa.

Em outros assentamentos, o espaço de uso individual (familiar) apareceu aliado a cultivos alimentícios voltados, basicamente, para o consumo doméstico. Para o grupo é preciso cercar para separar as lavouras dos animais.

Aqui tem cerca fazendo roda por todo canto. Essas cercas separam os animais dos legumes. O que são cercados são os legumes. Onde você vai plantar, onde você vai criar um animal você passa a cerca, para ele não entrar nos legumes nem sair. Aí fica tudo cercado.

As plantas do coletivo e do individual ficam separadas. Áreas separadas. Milho no coletivo e no individual milho, feijão e fava. E quem pode mais planta capim, bananeira, canteiro de verduras, batata-doce. Quem pode plantar outras coisa, planta. (CAMPONESES. ASSENTAMENTO FEIJÃO, 2003).

No coletivo é só coletivo: milho, capim e planta para forragem. Ai, nas “baixa”, também, planta milho e capim, mas é individual, para nós mesmo. Para cada qual dar de comer para os bichos que a gente tem. Agora o coletivo é para todos. No individual, planta cana, feijão, milho, mandioca, planta tudo no mundo. O milho e o capim são plantados tanto no individual como no coletivo. Porque o individual a gente pode ir quebrando para comer e o outro [coletivo] ninguém pode, só pode quando colher tudo, não reparte, ninguém bole. No individual a gente vai comendo logo, se a gente quiser vender, a gente pode vender. E o outro [coletivo] a gente não pode vender, só quando parte. A história do agricultor é essa só sabe plantar milho e feijão. Agora a gente está plantando só mais, nas ‘terras baixa’. As ‘terras do alto’ é para pastagem” (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO JUÁ, 2003).

Nos casos relatados, os camponeses nos revelaram que o uso individual (familiar) na terra se divide no espaço de lavouras em “*terras de baixa*” e no espaço de pastagem em “*terras do alto*”. No primeiro, espaço de lavouras em “*terras de baixa*”, o cultivo do milho, feijão, fava, mandioca, bananeira, canteiro de verduras, batata-doce, capim e cana-de-açúcar formam as denominadas “lavouras de baixa”. A raridade dos solos e a presença de animais criados soltos nos assentamentos fazem do espaço das “lavouras de baixa” um espaço cercado, diferente do espaço de pastagem onde ocorrem as “terras soltas”.

No segundo, espaço da pastagem em “terras do alto”, o uso individual (familiar) apareceu em meio às terras de uso comum. Nessas, dentre os animais encontrados, foi freqüente a presença do gado bovino, das criações (bode, ovelha), do cavalo, do porco, do jumento e do burro. Ao longo dessas terras denominadas “soltas para pastagem”, encontrei, também a mata nativa composta pela caatinga com sua diversidade florística, o marmeleiro, a jurema, o sabiá, o pau-branco, o pereiro, a aroeira, o juazeiro, os cactos, o cumaru e a imburana.

Nos assentamentos de Canindé, o uso individual (familiar) na terra apresentou também os conceitos de “lavoura em terras de baixa” e “pastagem em terras do alto”. As denominações: “baixa”, “crôa”, “altos”, “capoeira”, aparecem como uma linguagem peculiar da agricultura camponesa feita nas áreas de *pediplanos sertanejos*, onde a geomorfologia do terreno e os elementos naturais – água, solo e vegetação – têm relação direta com a utilização da terra. As “lavouras em terras de baixa”, também conhecidas como “agricultura de vazante”, e as “lavouras em terras do alto”, ou áreas de capoeira, são atividades produtivas que ocorrem em terrenos que combinam solos diferentes.

Na explicação do camponês sobre a diferença entre as “terras de baixa” e as “terras do alto”, ele revelou os tipos de solos que formam o terreno.

Ave Maria, é diferença muita. Na ‘baixa’, tudo é verde e, no alto, tudo é seco. A ‘baixa’ é plana, tem mais facilidade de trabalhar. O ‘alto’ é cheio de pedra, carrasco, é seco. A ‘baixa’ é mais molhado. A ‘baixa’ é 100%. No ‘inverno’, mesmo sendo o ‘inverno fraco’, na ‘baixa’ dá planta e nos ‘alto’ não. (CAMPONÊS. ASSENTAMENTO FEIJÃO, 2003).

As “terras da baixa”, também conhecidas como “baixa”, “crôa” ou “área de várzea”, são terras localizadas no leito dos rios ou nas áreas de inundação dos rios – áreas de várzea, onde pode haver o domínio do *solonetz solodizado* ou do *regossolo*, solos que permitem acumulação de água na maior parte do ano. Por serem áreas mais rebaixadas, quando ocorrem as chuvas, o material mineral de menor textura é carregado para essas áreas, formando um material arenoso e rico em nutrientes para as plantas. Por conter o lençol freático raso, essas terras são mais úmidas que as outras e também mais ricas em termos de fertilidade natural.

O contrário são as “terras do alto”, também conhecidas por “alto”, “área de capoeira”. Nessas terras há o domínio dos *solos litólicos*, solos rasos e pedregosos com afloramento de rocha sob a vegetação de caatinga. O relevo suavemente ondulado contribui para uma maior suscetibilidade a erosão. Por outro lado, a caatinga, que deveria proteger o solo, perde as folhas e, com as chuvas, sem as folhas, a erosão é maior. A deficiência de água na área poderia também ser considerada um fator de impedimento de maior uso desses solos.

Nos assentamentos localizados em Acaraú as expressões “lavouras de vazante” e “lavouras de sequeiro” são denominações típicas da linguagem utilizada na agricultura feita na *planície litorânea*. Na explicação de uma camponesa sobre a diferença dos solos, ela apontou a razão de ser nos tipos de terrenos presentes no interior do assentamento.

No córrego fica as ‘terras de baixa’ (um terreno argiloso) onde pode plantar feijão, batateira [batata-doce]. Na área depois dos coqueiros novos, ficam as ‘terras do alto’, área de capoeira. Área de capoeira (terra alta), área da beira do córrego (terra baixa). A diferença é o terreno. Porque na ‘baixa’ o terreno é argiloso, é brejado. E lá na ‘capoeira’ o terreno não é brejado, é um terreno, assim, seco. Terreno arenoso que precisa de adubo e muita água. (CAMPONESA. ASSENTAMENTO SÃO FELIPE, 2003).

Esse depoimento revelou a presença, no assentamento, das “terras de baixa”, também chamadas de “área da beira do córrego” ou “terras de vazante”, e das “terras do alto”, áreas de sequeiro ou de capoeira. Nas primeiras, a concentração das chuvas nos primeiros meses do ano, de janeiro a junho, denominado período chuvoso, regionalmente chamado de “inverno”, juntamente com o afloramento do lençol freático, contribuem para o encharcamento das terras, ricas em solo areno-argiloso, deixando-as com o aspecto de brejo. Daí também serem conhecidas como terrenos brejados. No restante do ano, período seco, há uma deficiência de água. O contrário ocorre nas “terras do alto” ou “áreas de sequeiro”, com seus terrenos arenosos e secos compostos de solos *podzólico vermelho-amarelo distrófico*, de baixa fertilidade natural, porém em conjunto com o relevo plano, torna a mecanização possível nessa área.

As características físicas revelaram ambientes distintos que existem simultaneamente no campo cearense. O primeiro caracterizado pela área de *pediplanos sertanejos*, representando o município de Canindé, e o segundo caracterizado pela área da *planície litorânea*, com ocorrência no município de Acaraú. Tais compartimentações da natureza são fundamentais na relação dos camponeses com as diferentes formas de uso da terra, relações que passam pelo respeito aos limites e à valorização, culturalmente estabelecida, das potencialidades de cada ambiente.

Assim, o uso individual (familiar) está configurado em espaços de lavoura e de pastagem. O trabalho familiar, presente em sua plenitude, leva a crer que a unidade camponesa tende a optar pela diversidade de cultivos e criações como uma estratégia de reprodução, “mesmo que seja um pouquinho de cada para não faltar tudo de vez” (CAMPONESA. ASSENTAMENTO FEIJÃO, 2002).

Enfim, foi possível compreender a prática de ajuda mútua e o uso individual (familiar) como formas de uso da terra que têm se constituído na base da luta pela posse da terra camponesa no sertão nordestino. Uma batalha travada entre a terra de trabalho contra a terra de exploração do trabalho alheio.

A figura 3 ilustra o momento do trabalho individual (familiar). o foco está na preparação da terra para o plantio. Merece destaque a participação dos jovens na partilha do preparo e no plantio da/na terra com os pais.

A discussão do campo enquanto um território de aprendizagens é pensar a produção, o trabalho, a reunião, a rua, o quintal, as conversas como situação compostas por princípios educativos e de formação. Nessa leitura, os movimentos sociais em defesa da terra de trabalho, da produção de alimento e vida e de cultura, também, se mostram como movimentos pedagógicos. No caso do MST, a luta por uma escola nos assentamentos e nos acampamentos vai mobilizando uma pedagogia da terra na qual se reconhece o campo como território educativo.

As escolas nos assentamentos e acampamentos têm revelado o desenvolvimento de espaço de conquista de dignidade, cidadania e qualidade no processo de construção do conhecimento dos trabalhadores do campo. O que revela, portanto, um movimento de educação do campo no qual a lógica de desenvolvimento do campesinato articula-se no seio da lógica capitalista.



Figura 3 – Trabalho familiar em lote individual. Plantio de feijão em “terras de baixa”. Assentamento Feijão. Canindé – Ceará. OLIVEIRA, Alexandra Ma. 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender a Geografia, aprendendo a ler o mundo do campo, e usando para tanto possibilidades teórico-metodológicas das ciências humanas e da pedagogia é pretender que a Geografia consiga desenvolver instrumentos didáticos que contribuam com uma leitura da realidade. E, querer, sobretudo, que seu aluno consiga usar esse aprendizado para além de seu espaço vivido no cotidiano, outros lugares, próximos ou distantes de sua vida imediata, mas que estão interferindo na dinâmica geral da sociedade atual mundialmente articulada.

Nessa leitura, concordo com Brandão (2003) quando este entende a educação como algo inerente à sociedade humana. Fazer a discussão do campo considerando a “geografia do aluno” deve ser um pressuposto para o conhecimento escolar construído em sala de aula. A escola não é o único lugar em que a educação acontece; o ensino escolar não é a única prática social que leva ao conhecimento e o professor profissional não é seu único praticante. O processo de construção do conhecimento é amplo, contemplando diferentes dimensões territoriais da sociedade: intelectual, afetiva, social e estética.

Os saberes camponeses referente a natureza, o uso da terra, os tipos de solo e plantas é completamente conduzido por uma lógica pautada na produção de alimentos para o consumo familiar e animal. No processo de organização da fração do território capitalista conquistado, saberes e práticas são objetos de conhecimento. O trabalho com as diferentes formas de uso da terra é sistematizado de forma criativa e aberto ao diálogo e ao confronto com outros saberes. A casa, o quintal, a roça, a casa-de-farinha entre outros são lugares de encontro, troca e aprendizagem de saberes diversos. A produção do conhecimento é cumulativa e acontece na prática cotidiana com o trabalho da terra. Uma prática social plena de espacialidade.

Bibliografia

- ARROYO, Miguel Gozales; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo. No. 2.
- BALDUÍNO, D. Tomás. A ação da igreja católica e o desenvolvimento rural. **REA**. 15 (43). 2001.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1992. 193p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003 (série saber com o outro; v.1).
- BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. **Pelos caminhos rurais: cenários curriculares**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.
- CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Escola, geografia e construção de conhecimentos**. Campinas, SP. Papirus: 2000.
- CHAYANOV, Alexandr V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974.
- DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- INCRA-CEARÁ. GOVERNO DO ESTADO. **II Plano Regional de Reforma Agrária – paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Fortaleza: [S.N.], 2004. 80p.
- NERY, José Israel. Apresentação. In: ARROYO, Miguel Gozales. & FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo. No. 2. p. 7-11.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará**. São Paulo, 2005. 379p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- _____. A política de contra-reforma do Banco Mundial no Ceará. In: **Geosp, Espaço-tempo: Revista de Pós-Graduação/ Depto de Geografia**. No. 19 – São Paulo: FFLCH/USP, 2006. pp. 151 – 175.
- SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Aliança editorial: Madrid, 1983.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984.

Trabalho enviado em maio de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008